

-----**ACTA**-----

-----**DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 17 DE DEZEMBRO DE 2007**-----

-----Aos dezassete dias do mês de Dezembro de dois mil e sete, nesta cidade de Almeirim e na Sala de Reuniões do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Chefe de Repartição, Graciete Maria do Pereiro Romão, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Vice-Presidente Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, Maria Joana Vidinha Baptista, José Carlos da Silva e Victor Manuel Petulante Pedro, em substituição do Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos.-----

-----O executivo deliberou justificar a falta do autarca invocado em último.-----

-----Sendo nove horas e quinze minutos assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----No Período Antes da Ordem do Dia usaram da palavra:-----

-----Sr. Vereador Victor Pedro que perguntou porque não foram agendadas na Ordem de Trabalhos as propostas do PSD com vista à criação da Comissão de Acompanhamento para a Revisão do PDM e a inclusão da revisão do Quadro de Pessoal no Orçamento.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que se deve a não possuir o necessário parecer atempadamente, quanto à primeira, e à falta de tempo para proceder aos ajustes pretendidos, quanto à segunda.-----

-----Sr. Vereador Francisco Maurício do Rosário que perguntou porque consta da Ordem de Trabalhos a apreciação das propostas que concretizam a Recomendação da Assembleia Municipal.-----

-----O Sr. Presidente explicou que na passada reunião foi deliberado aceitar a Recomendação da Assembleia Municipal, porém este órgão delibera em função de propostas a serem apresentadas pelo executivo, pelo que a formalização nas propostas que vão ser debatidas se destina a formalizar o percurso legal que a lei impõe.-----  
-----  
-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**1 - OBRAS PARTICULARES**-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA - O Sr. Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento proferidos em projectos de arquitectura, respeitantes aos processos de obras a seguir indicados, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----Beirariba - Sociedade Imobiliária e Construção, Lda - oitenta e quatro de noventa e nove, José Maria Fróis, cento e setenta e três A; António Oliveira Fernandes, cento e noventa e seis; Josué Batista Tomé, duzentos e oitenta e cinco; Dalila da Conceição Serôdio Vinagre, duzentos e noventa e dois; Rui Manuel da Conceição Seixas, trezentos e trinta e um; Nuno Miguel Palhoto Varela, trezentos e trinta e cinco; José João Bento Galego, duzentos e vinte e sete, todos de dois mil e sete  
-----

-----PROJECTOS GLOBAIS - o Sr. Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento proferidos em sede de projectos globais, referentes aos processos de obras abaixo mencionados, ao abrigo da delegação de competências: -----

-----António Cruz da Silva, trezentos e quarenta e seis de dois mil e seis; Centro Óptico Ribatejano, sete; Álvaro Martins de Freitas, cinquenta e cinco A; Gonçalo Miguel Martinho Ferreira, cento e vinte e sete; Luís Manuel David Sampaio, cento e sessenta e dois; José Joaquim da Silva, cento e oitenta e nove; M.F.S. - Compra, Venda e Exploração de Imóveis, Lda, duzentos e dois; Vila Campo - Casa de Repouso e Assistência, Lda, duzentos e vinte e três; FJMPC - Informática, Comércio e Serviços, Lda,  
-----

duzentos e oitenta e seis; SIMAURI - Construção civil, Lda, trezentos e quarenta a trezentos e quarenta e três; todos de dois mil e sete.-----

-----**5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----ORÇAMENTO PARA 2008, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS - Com a presença do Chefe de Repartição Gilberto Xavier deu-se início à apreciação dos instrumentos financeiros em título, previamente distribuídos por todos os presentes.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha perguntou:-----

-----Por que razão em algumas obras se inclui, como é devido, o custo de mão de obra e noutras não.-----

-----O funcionário respondeu que esse custo é ou não considerado se for ou não um custo municipal directo e explicou a diferença de tratamento de empreitadas, tarefas e prestação de serviços.--

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício disse que nas despesas com pessoal a verba é inferior em zero, vírgula, quatro por cento em relação ao ano de dois mil e sete e, considerando o aumento de salários e a integração de pessoal da ALDESC, perguntou como é possível.-----

-----O Sr. Presidente disse que na verba só são previstos seis meses de salários de pessoal da ALDESC, tempo que devem demorar os respectivos concursos. Disse ainda que todas as verbas poderão ser corrigidas ao longo do ano, consoante as necessidades.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha perguntou como é que, sendo transferidos para a Câmara os serviços da ALDESC, na venda de bens e serviços correntes a receita baixa, em relação ao ano anterior.-----

-----O Chefe de Repartição explicou que o cálculo da receita é efectuado, nos termos do POCAL, pela média aritmética das receitas dos últimos vinte e quatro meses. Acrescentou que o cálculo da receita não é impeditivo duma cobrança excessiva, o

que impede uma cobrança é a falta de rubrica aberta.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela perguntou a razão por que as rubricas da despesa apresentam a designação se 'sem orgânica' e acrescentou que estamos a falar de mais de dezasseis milhões de euros sem orgânica.-----

-----O funcionário respondeu que o POCAL não exige a definição orgânica, porque a analítica cumpre essa função. A opção de não haver orgânica fundamenta-se na facilidade e maleabilidade de execução do Orçamento e porque a lei o permite. Todas as despesas estão inscritas no PAM e no PPI, devidamente discriminadas.-----

-----O Sr. Vereador Victor Pedro perguntou por que razão por que razão as receitas da água e do saneamento apresentam uma pequena diminuição da receita, visto que a empresa Águas do Ribatejo está constituída e vai iniciar as actividades.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que estão previstas receitas correspondentes a seis meses, período que os Municípios integrantes previram necessário para a transição dos serviços.--

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha perguntou como baixam certas receitas quando a prestação de serviços passa para a Câmara.-----

-----O Sr. Presidente disse que essa pergunta já foi respondida pelo técnico.-----

-----A mesma Vereadora perguntou como é possível prever a arrecadação de cento e trinta e cinco euros em Mercados e Feiras, ao que o funcionário respondeu que a designação em causa está repartida entre particulares e empresas, correspondendo uma ao terrado e outra a venda de serviços.-----

-----O Sr. Vereador Victor Pedro perguntou onde estão reflectidas as receitas que a ALDESC cobrou, uma vez que foi extinta a empresa; e porque se prevê uma receita de cemitérios quando a autarquia não tutela os cemitérios do Concelho.-----

-----O funcionário respondeu que as primeiras são movimentos da empresa e as segundas aparecem por aplicação da meia dos dois últimos anos, que vão desaparecer com o tempo.-----

-----O mesmo autarca perguntou porque se prevê a diminuição das

rendas a receber, tendo sido informado que a verba espelha a situação do final da cobrança de rendas resolúveis.-----

-----Ainda o mesmo Vereador perguntou porque se prevê uma receita de cinquenta euros para indemnizações de bens patrimoniais.-----

-----O funcionário respondeu que se destina a deixar a rubrica aberta a fim de possibilitar uma eventual cobrança.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha perguntou a razão de se prever uma verba para as ETARs, se vão passar para as Águas do Ribatejo.-----

-----O Sr. Presidente voltou a lembrar que está prevista a actividade nos primeiros seis meses e vão ser lançados concursos de empreitada, os quais passarão para a Águas do Ribatejo na fase em que estiverem, a fim de agilizar o processo.-----

-----A mesma Vereadora comentou que isso é um grande negócio para a empresa e perguntou quem faz o contrato com o empreiteiro.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que a Câmara lança o concurso e fará a sua transferência para a empresa intermunicipal, com a contabilização de todos os efectivos financeiros.-----

-----O Sr. Vereador Victor Pedro Perguntou porque aumentam as despesas com a segurança social quando a verba com salários diminuiu, ao que o técnico respondeu que o apuramento da previsão foi feito em termos de histórico.-----

-----O Sr. Vereador Victor Pedro perguntou se as remunerações certas e permanentes já incluem os funcionários a transitar para a Águas do Ribatejo e qual a massa salarial global, ao que o Sr. Presidente respondeu que não há previsões concretas ainda. Perguntou ainda se esta verba já inclui o pessoal da ALDESC, o que foi respondido afirmativamente. Referiu-se à diminuição de aquisição de matérias primas, tendo o funcionário respondido que o apuramento é conforme aos critérios de investimento das obras por empreitada. Perguntou também a que se deve o aumento de cento e oito por cento em estudos e projectos, ao que o técnico respondeu que os mesmos são a base das obras a realizar. Aludiu

ao aumento de transferências para as Juntas de Freguesia, tendo o técnico informado que as directas são do mesmo montante e na transferência global só há lugar a aumento se forem transferidas competências. Perguntou porque diminuem as transferências para as famílias em vinte e cinco por cento relativamente ao ano passado.-----

-----O Chefe de Repartição referiu que comparar o Orçamento de um ano com o do ano anterior não faz sentido em termos de análise, porque as acções previstas diferem.-----

-----O Sr. Vereador Victor Pedro perguntou porque se mantêm para dois mil e oito os subsídios à ALDESC, tendo o funcionário respondido que se destinam à liquidação da empresa. Perguntou ainda onde estão inscritos os apoios às Adegas Cooperativas, ao que o Sr. Presidente respondeu que fazem parte das transferências de capital à actividade económica.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse que este Orçamento e Planos continuam sem paginação e sem índice, o que é um desleixo total. Tanta modernização informática e nem são colocados números nas folhas. Um Orçamento que vem ao executivo está aberto a alterações, mas aqui não existe metodologia, começando pelos Vereadores a tempo inteiro e passando pelos funcionários. Quem apresenta o Orçamento à Assembleia Municipal é o executivo e nota-se neste uma forma descuidada de redigir. Há trechos em que se fala de certificar pessoas. Certifica-se chouriços e muita outra coisa, mas pessoas não. No texto Novas Oportunidades, alude a certificar pessoas do Concelho. E depois, vende-as à Encherim? Num outro texto, refere-se à ALDESC como se não houvesse uma deliberação de extinção, mas no tocante à Biblioteca o texto não aparece, deduz que deve faltar uma página no meio. E vincou que isto é uma fotocópia do PPI do ano passado, é exacta transcrição, a tal ponto que em alguns sítios até se esqueceram de alterar as datas.-----

-----O Sr. Presidente lembrou que o PPI significa Plano Plurianual de Investimentos, vincando o plurianual, pelo que há páginas que mantêm as obras do ano passado.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora continuou: é invocado que 'vamos continuar a estreitar relações com a Região de Turismo do Ribatejo' quando esta deixa de existir. Mais, que vai apoiar a recuperação da Capela de Paço dos Negros e apoiar a construção de um Museu. E perguntou, apoiar quem, quem vai fazer estas obras? Se a Câmara é a bengala de apoio gostaria de saber quem são as entidades responsáveis pelas obras, á altura de dizer quem são.-----

-----O Sr. Vice-Presidente referiu que quem programava dessa maneira era a antiga União Soviética.-----

-----A mesma Vereadora respondeu que "o Sr. é tão previsível que se eu fosse a sua miúda despachava-o em três dias, porque essa relação não dava pica."-----

-----O Sr. Presidente comentou "não acredito que o Vereador a aguentasse três dias."-----

----A autarca continuou: Sobre o Encontro Concelhio da Terceira Idade, de realização bienal e que teve lugar em dois mil e sete, encontra-se um texto exactamente igual no Orçamento para dois mil e oito. Isto para ver o cuidado com que é feito um Orçamento numa autarquia que tem cinco Vereadores a tempo inteiro e um número razoável de trabalhadores.-----

-----Com base no facto do número de Vereadores a tempo inteiro estar errado o Sr. Presidente referiu "como vê, é sempre possível alguém enganar-se".-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora continuou: "A autarquia merecia outra atenção nas intenções inseridas neste PPI, que é plurianual no carácter e não na execução, em vez de marcar a execução para o futuro é quase um relatório de Contas. Percebe-se que no ano que decorreu pouco ou nada se fez, por isso propõe a reposição da verba do ano passado. Quando for feito o relatório de Contas vai constatar-se que a não execução foi grande. Para o próximo ano repetem-se as intenções do ano passado, que vão sendo concretizadas à medida que se aproxima o acto eleitoral. O que parece feito à toa tem sempre algum planeamento, baseado nos interesses de alguns autarcas se perpetuarem no poder. A Câmara não atende às suas responsabilidades em termos de futuro. Há um

conjunto de acções previstas no PAM que não encontram verbas para a sua concretização, por exemplo, a Biblioteca, a necessidade de recuperar edifícios e a Protecção Civil, para a qual a Câmara nem atende às novas competências que a lei lhe atribui - não foi criado o Gabinete de protecção Civil, não existe a Comissão Municipal de Protecção Civil, que devia ser criada e não aparece, nem a actualização das suas competências. A limpeza da Ribeira de Muge não tem verba e gostava que clarificassem a quem vamos apoiar em algumas obras."-----

-----O Sr. Vereador José Carlos da Silva respondeu que, quanto à Igreja de Paço dos Negros e a exemplo da Igreja de Santa Marta, existe um conjunto de pessoas voluntariadas para as obras, entre elas um engenheiro que dará apoio técnico e já foram pedidos orçamentos com vista a definir o apoio a conceder.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha perguntou quem é o dono da obra e o Sr. Vereador respondeu que a Câmara vai fazer as funções de dono da obra e conta com algumas ofertas.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse que "mais depressa se apanha um mentiroso que um coxo. Os Srs. esquecem o que vão dizendo em reunião de Câmara. Foi dito aqui que se aprovava, com o meu voto contra, o Plano de Pormenor para a zona turística do Convento da Serra, Plano de Pormenor esse cuja elaboração, por ser zona non aedificandi, foi afirmado que seria da autoria do interessado promotor. Agora é dito que alguns são da responsabilidade da Câmara."-----

-----O Sr. Presidente explicou que quem executa o trabalho de elaboração do Plano é o particular mas quem o vai apresentar é a Câmara, porque todos os PP são da responsabilidade da Câmara.---

-----O Sr. Vice-Presidente disse que a memória da Sr<sup>a</sup> Vereadora esqueceu que nessa reunião foi mencionado que, apesar da execução do PP e o seu custo serem da responsabilidade do particular, é a Câmara que tem de o apresentar e aprovar sob sua responsabilidade, porque integra um instrumento urbanístico de grau superior.-----

-----O Sr. Presidente concordou que a Câmara assumiu a



responsabilidade de fazer o PP, porque todos os PP são da responsabilidade da Câmara, independentemente de quem os custeie.-----

-----Não havendo mais pedidos de esclarecimento foram submetidos a votação o Orçamento para dois mil e oito, Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Actividades Municipais, que importam, tanto na receita como na despesa, em dezoito milhões e oitenta mil euros, tendo sido aprovados por maioria, com o voto contra dos Srs. Vereadores Manuela Cunha e Victor Pedro e a abstenção do Sr. Vereador Maurício do Rosário.-----

-----Às dez horas e vinte e cinco minutos foi feito um intervalo para o café e a reunião retomou dez minutos mais tarde, já sem a presença do Sr. Vereador José Carlos da Silva.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha ditou a seguinte declaração de voto:-----

-----"Pela primeira vez desde que sou Vereadora votei contra um Orçamento, PPI e PAM, porque considero que se acabou a capacidade de tolerância e o benefício da dúvida que tenho vindo a conceder aos eleitos do Partido Socialista. O desleixo que caracteriza, tal como já exemplifiquei anteriormente, o Plano de Actividades Municipais aqui apresentado, que não passa duma fotocópia do do ano de dois mil e sete, chegando mesmo em alguns parágrafos a esquecerem-se de alterar a data de dois mil e sete para dois mil e oito, é demonstrativo não só da não execução de obras e de intenções/acções no ano e em anos anteriores, como também da falta duma verdadeira definição de prioridades em termos da actuação e dos investimentos municipais.-----

-----Por outro lado, fica clara a vontade do Partido Socialista de atrasar a execução de algumas obras há muito previstas, tais como os centros escolares ou outras, para, quando chegarmos às próximas eleições municipais então, andar tudo em estaleiro.-----

-----Voto ainda contra este Orçamento, PPI e PAM, por ele não incluir questões que me parecem fundamentais e já levantadas por

mim há longos anos, por exemplo, a substituição do tecto da escola P três, que contem amianto, o que é lesivo para a saúde das crianças, por não incluir as novas competências da autarquia e respectivas verbas para isso, em termos de Protecção Civil - refiro-me concretamente à Comissão Municipal de Protecção Civil e respectiva organização de serviços e meios que essa exige.----

-----Voto ainda contra por estes documentos incluírem intenções que não se traduzem depois em previsão de verbas ou não definem os meios para as concretizar. Exemplo disso são a anunciada limpeza da Ribeira de Muge, o arranjo do edifício da Biblioteca ou ainda a promessa de garantir com a qualidade da água aos munícipes, o que até agora não foi feito, sem definir como o farão até estas serem entregues à empresa Águas do Ribatejo e depois desta ser entregue, como farão a verificação dessa qualidade."-----

-----O Sr. Vereador Victor Pedro leu a sua declaração de voto, do seguinte teor:-----

-----**"Orçamento e Plano para o ano de dois mil e oito -----**

-----O PSD de Almeirim considera que os instrumentos provisionais devem proporcionar aos munícipes informação sobre os objectos estratégicos, medidas e acções que a Câmara Municipal de Almeirim pretende implementar durante o ano de dois mil e oito, e que deverão ir ao encontro dos compromissos políticos assumidos perante população. -----

-----Após dois anos de mandato, verifica-se que o Partido Socialista de Almeirim pouco ou nada contribui para um desenvolvimento estrutural e social do Concelho de Almeirim, na medida em que as **propostas do executivo quase apenas se reconduzem à gestão corrente.**-----

-----Algumas delas transitam de ano para ano (até de mandato), sem que o Partido Socialista consiga concretizar as medidas. Veja-se, por exemplo, o parque de habitação social no Concelho de Almeirim, a ligação da Vala de Alpiarça ao Rio Tejo, Plano de Pormenor para a Freguesia das Fazendas de Almeirim as ERAR'S do Concelho de Almeirim, o estado de conservação da Vala de

Alpiarça.-----  
-----A situação da extinção da escola primária de Marianos revela que o Partido Socialista não soube afirmar a defesa dos interesses das populações rurais, onde a escola desempenha um papel educativo .-----  
-----A poluição da Vala de Alpiarça ainda se mantém sem que a Câmara Municipal de Almeirim tenha tido a capacidade de combater a poluição em prol de defesa do meio ambiente a saúde pública.--  
-----Fica também adiado por mais um ano, a construção do novo Tribunal da Comarca de Almeirim, dado que não consta em PIDDAC nenhuma verba para a sua construção. É com particular preocupação que o PSD de Almeirim constata que o Governo do Partido Socialista não investe no Concelho de Almeirim.-----  
-----Na área da educação e cultura fica por planear a construção da Biblioteca Municipal nas Fazendas de Almeirim, freguesia com a mesma população do Concelho de Alpiarça, pelo que o PSD de Almeirim lamenta esta falta de visão estratégica do Partido Socialista.-----  
-----Sem prejuízo do Quadro de Referências Estratégico Nacional (QREN) ainda não se encontrar totalmente regulamentado, a Câmara Municipal de Almeirim já deveria ter apresentado um plano estratégico concreto onde pretende apresentar candidaturas, dados que os eixos são conhecidos. Talvez esse desconhecimento advenha da falta de envolvimento das autarquias promovido pelo Governo Socialista.-----  
-----No quadro do relacionamento entre o Município e as Junta de Freguesia verifica-se que a Câmara Municipal deveria reforçar, mediante protocolos, as competências destes organismos dada a proximidade junto das populações. Veja-se a situação da Junta de Freguesia de Almeirim, que não passa de uma extensão Secretaria da Câmara Municipal.-----  
-----Da análise dos números, concluímos que o aumento relativamente ao orçamento de dois mil e sete se faz, na parte da receita, à custa do aumento dos Impostos Directos, nomeadamente do IMI e do IMT, o que significa que este orçamento

tem por base um aumento de trinta e nove por cento nas transacções imobiliárias no Concelho uma hipótese totalmente irrealista.-----

-----Constata-se, por outro lado, uma redução das verbas relativas a projectos co-financiados pela União Europeia, pois não há projectos estruturantes para o Concelho. -----

-----O PSD de Almeirim vê, com bastante preocupação, o aumento do trabalho precário na Câmara Municipal de Almeirim, bem como o contínuo desprezo que este executivo Socialista tem pela formação dos funcionários. -----

-----São, também, reduzidas as transferências para as freguesias, o que para o PSD de Almeirim pode colocar em causa o cumprimento, por parte das Juntas de Freguesias, das competências delegadas pela Câmara Municipal.-----

-----Face ao que atrás ficou descrito, o PSD de Almeirim vota contra as propostas de Orçamento e Plano da Câmara Municipal de Almeirim para o ano de dois mil e oito."-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício do Rosário leu a sua declaração de voto, que reza:-----

-----"O Orçamento, o Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Actividades Municipais deveriam espelhar a ampla participação e discussão entre o Executivo, deveriam estar receptivos às propostas de todos os seus membros e deveriam reflectir um planeamento sustentado na melhoria das condições de vida no Concelho de Almeirim, de acordo com as políticas do partido maioritariamente representado.-----

-----Parecem-me regras básicas da Democracia.-----

-----Pelo contrário e mais uma vez, estes documentos (duplicação grosseira de muitos anos anteriores), reflectem a vontade exclusiva do Sr. Presidente da Câmara, que, teimosa e antidemocraticamente, continua a "andar com a Câmara no bolso" como se de um objecto pessoal se tratasse.-----

-----Estes documentos constituem para o Edil meros papéis a que a Lei obriga, se necessário for promove uma alteração orçamental ou inicia um projecto não previsto nem aprovado, logo na

primeira semana de Janeiro e nunca essa alteração Orçamental ou do Plano é sujeita a aprovação do Executivo.-----  
-----É assim! Suponho que o tenha sido sempre.-----  
-----Almeirim merece mais respeito e melhor.-----  
-----Claro que estes documentos vão merecer a minha ABSTENÇÃO.--  
-----Enquanto Vereador independente eleito nas listas do Partido Socialista nunca inviabilizaria a sua aprovação, no entanto julgo-me livre para os criticar e vou fazê-lo construtivamente.-  
-----Proposta de Orçamento-----  
-----Não questiono o Orçamento, questiono sim a metodologia utilizado no cálculo dos valores inscritos. A média dos três últimos anos mostra-se na prática, na minha opinião, desajustada da realidade.-----  
-----Uma pequena questão:-----  
-----Nas Despesas com pessoal, uma previsão orçamental de abaixamento de 2,04% em relação a este ano, considerando o aumento da função pública e que vão ser integrados os trabalhadores da ALDESC é possível como? Com certeza não será a pensar, exclusivamente, na transferência dos funcionários para as famigeradas Águas do Ribatejo.-----  
-----Quanto a mim, as contas estão mal feitas, os custos com o pessoal irão seguramente aumentar.-----  
-----Plano Plurianual de Investimentos - Grandes Opções do Plano  
-----Alguns destes itens estão vagamente referidos no Plano apresentado. A grande maioria deles não está orçamentada, o que mostra inequivocamente a vontade de as levar a cabo.-----  
-----Pese embora o facto de caírem em saco roto, apresento no entanto algumas sugestões ao Plano:-----  
-----**1. PROJECTOS DE REABILITAÇÃO E RECUPERAÇÃO URBANISTICA**, em particular das áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística e das zonas urbanas históricas, que de uma forma integrada assumindo um desenvolvimento activo no concelho, não se limitando ao investimento apenas em infra-estruturas, alterando-se a estratégia de construção nos terrenos de aptidão agrícola, para a reabilitação do parque habitacional existente

etc. nomeadamente através de parcerias público privadas no âmbito das Sociedades de Reabilitação Urbana (SRU's).-----

-----**1.1. Identificação de todos os imóveis em estado de degradação no concelho,** promovendo um programa para sua reabilitação e recuperação, com recurso aos meios de financiamento disponíveis.-----

-----**1.2. Estudo de um projecto que de uma forma integrada promova a reabilitação urbana da cidade de Almeirim,** integrando as áreas históricas: Edifício da ex-Junta Nacional do Vinho, edifício do Mercado Municipal, reavaliação da zona dos Celeiros etc,, identificando também alguns edifícios particulares que reflectem a história urbana de Almeirim nos últimos anos: Edifício da rua do Paço (Casa da Vasca), Edifício do Pátio de Almeirim, Praça de Touros, Hospital da Misericórdia, etc.-----

-----**1.3. Estudo de um projecto que requalifique conjuntamente as Entradas Nobres da Cidade:**-----

-----**1.3.1.** Aquisição do terreno entre a Rodoviária e o Hospital e elaboração de um projecto urbanístico que melhore aquele espaço.-----

-----**1.3.2.** Aquisição do terreno da Misericórdia, junto ao Tribunal, com o objectivo de melhorar aquela entrada da Cidade, agora que já está desactivado o abastecimento de combustível.---

-----**1.3.3. Projecto de construção e adaptação a pavilhão multiusos da Praça de Touros de Almeirim,** um projecto através de parceria-público-privada com a respectiva Misericórdia e outras entidades privadas e requalificação do estacionamento em frente aos restaurantes. Na minha opinião esta será, se é que não o é já, a entrada principal da Cidade.-----

-----**1.4. Proposta de aquisição da área circundante ao Paço da Ribeira de Muge,** com o objectivo de defesa e promoção e desenvolvimento sustentado, do turismo cultural e histórico, com base numa negociação de parceria publico privada e para, de uma vez por todas se encontrar uma solução definitiva para o problema que, de outra forma se prolongará no tempo e nos Tribunais.-----

-----1.5. **Lançamento de um projecto de construção a custos controlados** de modo a combater a exclusão social e fomentar a aquisição de casa própria, em especial para os casais jovens.---

-----2. **PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO E REABILITAÇÃO DO PARQUE ESCOLAR** envolvendo a construção de novas escolas do ensino básico e a recuperação e reabilitação dos estabelecimentos degradados com vista a dotar o concelho de Almeirim, não só desta área de ensino mas também do ensino profissional com um parque escolar e condições de ensino de qualidade e excelência.-----

-----2.1. **Programa estratégico "Melhor Cidadania, Melhor Educação"** de combate ao insucesso escolar, motivando os pais, alunos e professores, para melhorar o ensino no nosso Município de modo a combater o insucesso escolar e a saída precoce do sistema educativo, reorganizando o trabalho escolar de modo a optimizarem as condições de aprendizagem dos alunos do ensino básico. Exige-se por parte da Autarquia um empenhamento sério nas Actividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo, em contraponto com o desperdício de meios verificado nos dois últimos anos.-----

-----2.2. **Projecto estratégico " Melhorar a Educação, Escola do Futuro"** colocar em cada Escola do Ensino Básico, um computador por cada 2 alunos, em rede estruturada com ligação ao do respectivo professor. Este programa deverá iniciar-se pelas Escolas fora da sede do concelho e pelas Escolas no local mais afastado (por exemplo, com esta ordem de prioridade: Marianos, Paço dos Negros, Raposa, Tapada, Foros de Benfica, Cortiçóis, Benfica do Ribatejo, Fazendas de Almeirim, Almeirim).-----

-----2.3. **"Programa de alimentação saudável nas Escolas"** com a supervisão de um técnico de saúde, melhorar a alimentação das crianças, nomeadamente com disponibilização de pequeno-almoço e deste modo criar melhores condições de sucesso escolar.-----

-----2.4. **Apoiar projectos de investimentos em creches, jardins de infância e centros de actividades ocupacionais** de modo a tornar o nosso concelho percursor no apoio aos mais jovens, potenciando sempre que possível as parcerias publico privadas,

dotando-os de mais recursos humanos com vista ao alargamento do respectivo horário para servir os cidadãos.-----

-----**2.5. Programa Escola Segura** - como um instrumento de actuação preventiva, que visa reduzir ou erradicar as situações de violência e insegurança nas escolas e no meio envolvente com o recurso a agentes da PSP e da GNR na situação de reforma ou prestes a reformar-se que voluntariamente queiram aderir a este programa de segurança nas Escolas, dentro e fora dos recintos.--

-----**2.6. Disponibilização de todos os meios à Escola Secundária para implementação de cursos profissionais na área da Restauração, das Novas Tecnologias da Informação** e outras julgadas adequadas ao desenvolvimento sócio económico do nosso espaço geográfico.-----

-----**3. PROJECTO INTERMUNICIPAL DE RECUPERAÇÃO AGRO-AMBIENTAL E TURISTICO DA RIBEIRA DE MUGE** - a ribeira de Muge, nasce no concelho da Chamusca, atravessa todo o concelho de Almeirim e vai desaguar ao Tejo no concelho de Salvaterra de Magos, encontra-se em situação de completo abandono e necessidade de uma intervenção de limpeza, desassoreamento e recuperação ambiental, com a criação de praias fluviais (Parreira, Marianos, Paços dos Negros, Raposa e Muge), açudes para apoio aos agricultores , desenvolvimento de culturas horto frutícolas biológicas e piscicultura e agro-turismo, estudos de projectos turísticos, a serem integrado no âmbito de parcerias publico privadas (ppp) (INATEL e Câmaras Municipais e privados) (hotelaria, restauração e turismo terceira idade, pousada turística para aposentados e para cuidados de saúde e recuperação física, desportos etc.)-----

-----**4. Projecto estratégico de criação de uma infra-estrutura para CENTRO DE NEGÓCIOS** - Um Centro de Negócios (integrando gabinetes de apoio, um auditório, salas de reuniões e área de exposições) como um pólo dinamizador do Parque Empresarial de Almeirim, como um factor decisivo para a atracção de mais empresas, e gerador com sustentabilidade, de postos de trabalho e motivador na implementação de parcerias com privados.-----



-----5. **Recuperação e renovação do projecto de construção do Palácio da Justiça de Almeirim**, projecto intermunicipal, como forma de melhorar o serviço público de justiça nos respectivos Municípios abrangidos por este essencial e de interesse publico., mas também com vista ao seu alargamento a outras áreas da justiça, nomeadamente com a apresentação a uma candidatura de instalação em Almeirim do Tribunal de Julgados da Paz (Tribunais Extrajudiciais).-----

-----6. **Estudo e criação de um projecto estratégico integrado da rede viária do Município de Almeirim**, de envolvimento interno e externo, interligado aos Municípios vizinhos e compatibilizado com as acessibilidades de todo o Município com as ligações ao futuro aeroporto internacional quer se situe OTA ou em qualquer outro lugar de modo a que Almeirim possa beneficiar dessa infraestrutura.-----

-----7. **Estudo dum projecto integrado e intermunicipal de levantamento das necessidades urbanísticas de saneamento e abastecimento de água** com vista a desenvolver de forma progressiva e adequada, à satisfação de necessidades básicas das populações, promovendo a elaboração de Planos de Pormenor de organização territorial, enquanto não está criado o PDM (Plano Director Municipal) muito em especial nas freguesias rurais, disponibilizando deste modo um instrumento essencial para o desenvolvimento harmonioso do nosso Concelho.-----

-----8. **PROJECTOS DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DESPORTIVOS E DE TEMPOS LIVRES**-----

-----8.1. **Projecto de renovação/conclusão do Parque Desportivo anexo ao Pavilhão Municipal " Alfredo Bento Calado** com o arrelvamento sintético do campo de futebol de sete, e pista em tartan e melhoramento na electrificação para a prática desportiva, de crianças, jovens e adultos.-----

-----8.2. **Projecto de conclusão do Parque Desportivo em Paço dos Negros** Implementação de uma caixa de saltos em comprimento, altura e um circulo para lançamentos (peso, disco e dardo) e Parque Infantil.-----

- 8.3. **Projecto de construção do Parque Desportivo de Benfica do Ribatejo e arrelvamento sintético do Campo da Raposa.**-----
- 8.4. **Conclusão do Parque Desportivo em Fazendas de Almeirim** (construção da sede social e cultural da Associação Desportivo Fazendense, implantação de campo de ténis e de um parque de jogos com arrelvamento sintético para a prática de futebol de sete).-----
- 8.5. **Projecto de construção de uma sede social, cultural e desportiva nos Marianos** e arrelvamento sintético do campo de futebol de sete.-----
- 8.6. **Conclusão do Estádio Municipal com a implantação de arrelvamento sintético, abandonando de vez a hipótese da pista de tartan.**-----
- 8.7. **Iluminação urgente do Circuito de Manutenção.**-----
- 9. **Projecto estratégico de recuperação da Barragem dos Gagos a nível ambiental, desportivo e turístico** com a construção dos meios de apoio necessários para o desenvolvimento dessas actividades estratégicas constituindo um dos pontos fortes de desenvolvimento do nosso Município (turismo, lazer e gastronomia).-----
- 10. **Projecto de revitalização do Vale d'Água, integrado com o da Barragem dos Gagos.**-----
- 11. **Projecto de ligação do Tejo à Vala de Almeirim** de modo a permitir a regularização e estabilidade do seu caudal com a respectiva melhoria ambiental e desenvolvendo o seu aproveitamento sustentado no turismo e na agricultura.-----
- 12. **Construção do Açude junto ao Pego da Rainha**, após a ligação da Vala ao Tejo, para aproveitar todas as potencialidades do espelho de água resultante.-----
- 13. **Projecto de aproveitamento do fornecimento de água quente da Compal** às Piscinas Municipais, Estádio Municipal e Estádio da União de Almeirim.-----
- 14. **Construção da Casa Mortuária dos Marianos.**-----
- 15. **Implementar acções concretas para reduzir os gases poluentes**, apostando em medidas estratégicas para redução das

emissões poluentes no nosso território municipal, estratégia que deve ser concertada com os municípios vizinhos através de medidas na área dos resíduos ou da energia alargando a mancha florestal, aumentando deste modo a capacidade de absorção e sumidouro de CO<sub>2</sub>, gás que agrava o aquecimento global.-----

-----**16. MEDIDAS DE COMBATE À POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL**-----

-----**16.1. Programa ALMEIRIM SOLIDÁRIO de combate à pobreza e à exclusão social**, com o lançamento de um estudo de recolha de dados sobre a real situação no Município, tipificação das várias situações e criação de programas adequados de modo a erradicar situações no limiar da pobreza e da exclusão social.-----

-----**16.2. Programa "Melhorar a vida dos idosos"** promoção de actividades ocupacionais, apoio à construção de lares e de centros de apoio domiciliário, e à implementação do turismo social.-----

-----**16.3. Criação de oficinas domiciliárias para apoio a pequenas reparações em casas dos idosos.**-----

-----**16.4. Programa PARES (Programa de alargamento da rede de equipamentos sociais)** prioridade no reforço da protecção social no combate à pobreza e na protecção da família. Promover o investimento em equipamentos sociais representa uma dimensão estratégica do desenvolvimento do Município. Trata-se de investir e apoiar os equipamentos mais necessários, no Município e valências onde foram diagnosticadas necessidades mais prementes com a captação de parcerias privadas.-----

-----**17. Melhoria dos Serviços**-----

-----**17.1.** No âmbito da melhoria dos serviços públicos municipais deverão ser, urgentemente, elaborados/actualizados os **Regulamentos Municipais** necessários, no sentido de agilizar os processos e com taxas adequadas à realidade.-----

-----**18. Captação de Novos Investimentos**-----

-----**18.1.** Deverão ser criados os modelos de gestão e financiamento adequados ao desenvolvimento das funções inerentes às actividades de serviço público de responsabilidade do Município.-----

-----**18.2.** Deverão ser elaborados projectos de captação de novos investimentos para as áreas industriais já criadas e a criação de outras, de modo a atrair novas actividades para que, com sustentabilidade, se possam instalar no nosso Município, preferencialmente na área das micro empresas.”-----

-----O Sr. Vice-Presidente declarou:-----

-----“Relativamente à introdução de computadores nas escolas do primeiro ciclo, a Câmara tem já um projecto iniciado, o PET XXI, que começou com a formação necessária aos professores que, voluntariamente aderiram à iniciativa. Terá uma primeira fase de projecto piloto, necessária ao avanço da implementação, com algumas turmas das escolas P três de Almeirim e de Cortiçóis.---

-----No que toca ao Vale d’ Água, está totalmente requalificado em colaboração com a Junta de Freguesia e ainda recentemente se realizaram lá actividades.-----

-----No que respeita à Vala, quer o projecto de açudes, quer a ligação ao Tejo, continua em marcha.-----

-----No que concerne à COMPAL, já foram realizadas reuniões com a empresa responsável pela co-geração e dados os passos técnicos necessários no sentido deste projecto poder vir a ser viável.”--

-----O Sr. Presidente fez a seguinte declaração de voto:-----

-----“Muitas afirmações aqui feitas são incorrectas e nada têm a ver com a filosofia que está subjacente à aplicação dos próximos fundos comunitários (QREN), como por exemplo a primeira afirmação da Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha que, mais uma vez intencionalmente, acusa a Câmara de não ter estratégia nem preocupação com algumas áreas importantes da sua actuação. É o caso relacionado com a construção de infraestruturas escolares. Devia saber que no dia cinco de Dezembro, portanto, há doze dias, foi pela primeira vez aberto concurso para a construção de edifícios para o primeiro ciclo do ensino básico e a Câmara Municipal de Almeirim apresentou à DREL o primeiro projecto candidato aos fundos comunitários que abriram a cinco de Dezembro.-----

-----Em relação ao Plano estratégico exigido para os próximos

fundos, quero dizer que a CULT mandou fazer em gabinete especializado uma proposta de subvenção global para a região, que está neste momento a ser discutida com a CCDDR do Alentejo, a que pertencemos, e com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional.-----

-----Uma nota final para a Qualidade da Água, que temos incluído com preocupação nos nossos planos, para informar que, para além de termos um especialista a acompanhar o nosso abastecimento público de água, temos esta semana, todos os Municípios da margem sul do Tejo, uma reunião com o IRAR, visto que este Instituto está directamente a acompanhar o abastecimento público dos Municípios da margem sul, com vista à implementação de todos os meios de garantia da qualidade da água que consumimos.-----

-----"Ao elaborarmos estes documentos não podemos deixar de referir os condicionalismos que vivemos neste momento e que se perspectivam para o futuro próximo, que ditarão sem dúvida as linhas mestras da estratégia para o próximo ano.-----

-----Para começar, vem aí um QREN (Fundos Comunitários) sem valores ainda definidos e sem estratégia consolidada por parte do Governo Central que manifesta a todo o momento querer seguir uma gestão centralizada dos Fundos.-----

-----Como se compreende é uma estratégia limitadora da nossa acção.-----

-----Outra das condicionantes que influencia os documentos agora em apreciação é o facto de ter sido constituída a "A.R. Empresa Águas do Ribatejo EIM" que dado o seu objectivo e o facto de ter à sua disposição os Fundos de Coesão, vai tomar a seu cargo a grande responsabilidade de fazer os grandes investimentos na área do ambiente "Saneamento e Abastecimento Público de Águas"--

-----Referiremos aqui a Construção da Estação de Tratamento da Raposa, as Redes de Paço dos Negros e Foros de Benfica e a Requalificação do Sistema de Tratamento de Almeirim/ Alpiarça que começará pela reconstrução das Estações Elevatórias.-----

-----Por último, outra das condicionantes será o facto de a Câmara vir a reintegrar a política Desportiva e da Cultura até

agora a cargo da ALDESC. -----  
-----Posto isto, resta-nos enumerar algumas das intenções que ficarão a cargo da Câmara:-----  
-----O Plano Director Municipal verá a sua revisão concluída visto que os trabalhos preliminares estão concluídos e a nova carta da REN em adiantado estado de elaboração;-----  
-----As novas Tecnologias continuarão a merecer a nossa atenção no âmbito do "Projecto Lezíria em Rede" queremos aliás alargá-lo instalando a rede de fibra óptica que temos estado a preparar para servir também a Zona de Actividade Económicas;-----  
-----No âmbito da implementação das "Energias Alternativas" propusemos que a CULT lançasse concurso para obter economias de escala na cobertura dos edifícios públicos de todos os Municípios associados;-----  
-----Queremos continuar com a implementação da Requalificação do Sistema de Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos;-----  
-----Vamos continuar com a ampliação das redes de saneamento e alcatroamento de arruamentos na Freguesia das Fazendas, agora fora da Zona Urbana;-----  
-----Vamos querer que os primeiros projectos a concretizar no QREN sejam da área da Educação, nomeadamente a construção de Centros Escolares;-----  
-----Queremos massificar a utilização de computadores nas nossas Escolas do 1º Ciclo;-----  
-----A requalificação urbana é sempre um objectivo em todo o Concelho;-----  
-----Apoiaremos as actividades das Juntas de freguesia e das Colectividades;-----  
-----Temos intenções conjuntas com o NERSANT para Formação Profissional de Activos, para criação de Centro de Investigação na área dos Agro-Industriais e Incubadora de Empresas que queremos aproveitar para sensibilizar a requalificação do Edifício do IVV;-----  
-----Terá início o lançamento do programa de Habitação Social;--

-----Requalificação da zona descoberta do Parque Desportivo Municipal.-----

-----Apesar do capítulo "Saneamento - Abastecimento Público de Água, Resíduos Sólidos e Protecção do Meio Ambiente" estar reduzido quase só às intervenções em resíduos sólidos por força do início da actividade da A.R. - Águas do Ribatejo EIM, que tem à sua responsabilidade os grandes investimentos, mesmo assim consegue-se um total do orçamento de 18.080.000,00€.-----

-----E consegue-se um valor de Despesas de capital de 7.793.511,00€ superior às receitas de capital que são de 7.136.164,00€.-----

-----Também no que diz respeito à gestão dos valores orçamentados temos que nos sentir de consciência tranquila. ----

-----Como se vê, apesar de tudo as intenções servem o nosso Concelho."-----

-----DERRAMA - Na sequência da recomendação da Assembleia Municipal transcrita em Acta da reunião do passado dia três de Dezembro, foi apresentada a proposta do Sr. Presidente, na qual propõe a criação de uma Derrama para dois mil e oito, nos termos da citada recomendação daquele órgão deliberativo.-----

-----O executivo deliberou aprovar a proposta por maioria, com a abstenção dos Srs. vereadores Manuela Cunha e Victor Pedro.-----

-----EMPRÉSTIMO DE € 500.000,00 - No seguimento da proposta da Assembleia Municipal transcrita em Acta da reunião do passado dia três de Dezembro, o Sr. Presidente apresentou a sua proposta com destino à contracção de um empréstimo bancário de quinhentos mil euros, que deverá ser aplicado da seguinte forma:-----

-----Obra de Reabilitação e Reforço do Sistema de Saneamento do Concelho - duzentos e onze mil quinhentos e quatro euros; Aquisição de terreno na Rua Bernardo Gonçalves - cento e trinta e sete mil cento e setenta euros; e Arruamentos em Fazendas de Almeirim - cento e cinquenta e um mil trezentos e vinte e seis

euros.-----

-----Submetida a votação, foi a proposta aprovada por maioria

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha fez a seguinte declaração de voto:-----

-----"Voto contra e faço voto de vencido quanto a este empréstimo, pelas seguintes razões:-----

-----Primeiro, este empréstimo já foi à votação na passada reunião de Câmara, sem justificação concreta das obras a que se destinava e por isso votei contra, com voto de vencido.-----

-----Face a esse voto, meu e de outros Vereadores, vem agora o Sr. Presidente, à pressa, arranjar um destino para as ditas verbas. Destino esse que tendo nome, continua com o mesmo carácter difuso.-----

-----A Reabilitação e Reforço do Sistema de Saneamento do Concelho, estranho que a Câmara necessite recorrer a empréstimo para fazer obras quando está em vésperas de passar o saneamento para a empresa Águas do Ribatejo; A aquisição de terrenos na Rua bernardo Gonçalves, que eu saiba e contrariamente à informação dada pelo Sr. Presidente a uma pergunta minha em reunião de Câmara, este negócio ainda está longe de ser concretizado; Sobre os arruamentos em Fazendas, aqui está mais uma proposta difusa de forma global, arruamentos há muitos para fazer e não define que arruamentos e em que sítio.-----

-----Porque toda a metodologia e forma de gerir a Câmara não é correcta, voto contra este pedido de empréstimo."-----

-----O Sr. Vereador Victor Pedro leu a sua declaração de voto, do seguinte teor:-----

-----"É solicitado a este executivo autorização para que o Município de Almeirim possa obter um empréstimo bancário de quinhentos mil euros.-----

-----Temos consciência das dificuldades que as autarquias locais atravessam face à aplicação da actual Lei das Finanças Locais, que em muito reduz a possibilidade de se efectuarem investimentos. Por isso, a obtenção de empréstimos bancários com



vista a criar riqueza e a melhorar as condições de vida das populações é sempre bem-vinda.-----

-----na proposta de obras que a Câmara Municipal de Almeirim pretende executar com a verba sujeita à presente autorização, o PSD não concorda com branco muito menos com empréstimos que duplicam verbas necessárias para as obras. Somos pela transparência e pelo cumprimento da lei que é tudo aquilo que este empréstimo não representa.-----

-----Assim, o Partido Social Democrata na Câmara Municipal de Almeirim, apesar de concordar com a obtenção do empréstimo para a realização de investimentos necessários à melhoria das condições de vida dos almeirinsenses, não pode aceitar que este valor seja canalizado para obras já aprovadas com empréstimos anteriores e por isso votamos contra a presente proposta.”-----

-----AQUISIÇÃO DE IMÓVEL - O Sr. Presidente informou que foram iniciadas negociações com o proprietário do prédio frente ao Hospital, na cunha nascente do quarteirão delimitado pela Rua do Paço e Rua Cinco de Outubro, em Almeirim. O proprietário deseja ficar na posse da parte residencial e aceita vender a adega e o logradouro, cerca de metade da área total, a preços superiores a quinhentos euros o metro quadrado, condições em que está aberto a negociar.-----

-----O assunto fica à consideração do executivo.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha referiu que, achando bem que o imóvel seja adquirido para a Câmara, a esse preço não aprova, porque o que foi pago indevidamente ao 'carrinho de mão' é uma coisa e ali é outra coisa. Negociações, sim, mas a um preço razoável, que é o preço que não lese o proprietário nem o interesse público, achado em função dos direitos legítimos de construção no local.-----

-----PROPOSTA DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA - HOSPITAL - Foi submetida a análise a proposta da Santa Casa da Misericórdia com vista à formação de uma parceria destinada à recuperação do

antigo Hospital, numa obra orçada em dois milhões de euros, apoiada na ordem dos quinhentos mil euros pelo programa Saúde XXI e para que necessita de um milhão e quinhentos mil euros, dispondo de setecentos e cinquenta mil euros de verbas próprias. O prometido financiamento destinava-se a trinta e duas camas, em projecto foi necessário cortar quatro camas e, com vista à sua exequibilidade propõe uma parceria com esta autarquia no montante de setecentos e cinquenta mil euros, disponibilizando cinco camas, durante cinco anos e pelas quais a Câmara assumiria o pagamento de oitenta e cinco euros dia.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício disse que a proposta da Santa Casa não lhe diz rigorosamente nada. A Santa Casa da Misericórdia, do que conhece em termos patrimoniais, dispõe de terrenos e prédios na zona mais nobre da cidade e, tendo por base o pouco que tem feito na melhoria do seu património, nunca a Santa Casa vai promover rigorosamente nada. Reconhece à instituição dois imóveis de alguma importância, a Praça de Touros e o terreno frente ao Tribunal e considera que a Câmara devia negociar com a Santa Casa, envolvendo o financiamento para o Hospital e para a Creche, recebendo em contrapartida o terreno frente ao Tribunal e a Praça de Touros. Seria de, numa maneira eficaz, séria e sem subterfúgios, propor-lhe a aquisição dos dois imóveis. A Praça de Touros nas mãos da Misericórdia vai continuar a degradar, porque é visível que não tem mostrado capacidade de reabilitar o imóvel e a Câmara, não prevendo que venha a intervir sozinha, mas em parceria com outras empresas e até a Misericórdia, poderá efectuar obras de transformação e aproveitamento permanente daquele espaço.-----

-----O Sr. Presidente referiu que a hipótese da autarquia adquirir o terreno frente ao Tribunal não será de menosprezar, porém, a Praça de Touros representará apenas prejuízo e pensa que a Santa Casa não abrirá mão daquele património, particularmente prezado. Para além disso, a sua recuperação, mesmo com um parceiro privado, absorveria mais de cinco milhões de euros, o que inviabilizaria a rendibilidade. Já há anos a

Câmara tentou promover um projecto de aproveitamento comercial dos espaços sob as bancadas, mais recentemente um grupo empresarial pretendeu conferir um aproveitamento comercial eficaz à Praça e os custos envolvidos demoveram qualquer iniciativa. O antigo projecto da Câmara previa uma empresa de três sócios, com quota realizada pelo valor e à medida que as obras de recuperação da Praça fossem realizadas e mesmo assim mostrou-se impossível.-----

-----O Sr. Vice-Presidente disse que, por exemplo, a praça do Campo Pequeno hoje é parcialmente rentabilizada com alguns eventos culturais e desportivos, que são inviáveis na província.-----

-----Referidas algumas praças de touros na zona de fronteira, o Sr. Presidente lembrou que se trata de financiamentos estatais ao abrigo de projectos trans-fronteiriços.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício disse que a alternativa é a degradação da Praça de Touros. E acredita que criando um espaço para actividades comerciais não vai ter dificuldade de encontrar um parceiro privado.-----

-----O Sr. Presidente manifestou a sua posição no sentido da autarquia aceitar a discussão duma parceria com a Santa Casa da Misericórdia para recuperação do Hospital, mas será aquela entidade a cobrir a maior parte dos custos.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício expressou que a Santa Casa tem de perceber que se quer financiar a obra tem de abrir mão de alguma coisa, não podem querer manter a fatia de leão.---

-----O Sr. Vice-Presidente ponderou como pode a Câmara cobrir tal verba de fundos próprios, já que não pode beneficiar de fundos estatais.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício disse que não é vocação da Câmara ter direitos sobre camas hospitalares. Para salvar este projecto a Câmara terá de financiar a Santa Casa da Misericórdia, se for possível negociar a cedência definitiva do terreno e a cedência dos direitos de propriedade sobre a Praça de Touros, e tem de procurar um parceiro privado ou dois, a fim

de suportar os custos.-----

-----O Sr. Presidente frisou que esta obra não pode ser financiada pelo QREN.-----

-----O Sr. Vereador Maurício do Rosário perguntou se é de financiar a obra ou não.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse que só discute o que está em cima da mesa para discutir e perguntou qual o destino que o Sr. Vereador daria ao terreno no gaveto oeste da Rua Cinco de Outubro com a Rua do Paço.-----

-----O interpelado respondeu que o terreno poderia ser vendido para construção urbana, com projecto aprovado.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora respondeu que se a Câmara quer terrenos use os que a lei lhe proporciona, por força dos loteamentos e dos quais prescinde. Para construção urbana a Câmara não pode andar a substituir-se aos particulares.-----

-----O Sr. Vereador Maurício do Rosário referiu que se é para financiar tem de haver contrapartidas e a verba em causa pode ser coberta pelo terreno e pela praça de Touros, esta, total ou parcialmente. Isto é, procurar uma solução financeira para dois mil e oito por parte da Câmara, adquirindo o terreno e a Praça de Touros, mediante empréstimo para o efeito.-----

-----O Sr. Presidente propos que a votação deste executivo seja feita sobre a proposta do Sr. Vereador Francisco Maurício, a concretizar por escrito.-----

-----Às doze horas e vinte e um minutos abandonou a reunião o Sr. Presidente, por força de representação municipal fora do Concelho e assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Vice-Presidente Pedro Ribeiro.-----

-----**4 - OBRAS MUNICIPAIS E FORNECIMENTOS**-----

-----CONCURSO PÚBLICO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA PARA OS AUTOCARROS DOS TUA - O Sr. Vice-Presidente apresentou o Programa de Concurso e Caderno de Encargos, que comporta cláusulas técnicas específicas e outros documentos integrantes

do processo de concurso, com destino ao Concurso Público para Prestação de Serviços de Motorista para Condução dos transportes Urbanos de Almeirim, pelo prazo de um ano, renovável por mais dois, documentos que foram previamente distribuídos a todos os autarcas.-----

-----À pergunta do Sr. Vereador Francisco Maurício o Sr. Vice-Presidente respondeu que a prestação de serviços respeita aos dois autocarros e contempla a substituição das viaturas em caso de avaria.-----

-----Respondendo à Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha, o Sr. Vice-Presidente confirmou que está a terminar o contrato decorrente do segundo concurso limitado para o mesmo efeito e por isso é lançado este concurso.-----

-----Submetidos a votação, foram os referidos documentos e a abertura de concurso público aprovados por maioria, com a abstenção da Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha.-----

-----Esta autarca justificou a sua posição por considerar que não está clarificado o processo que se pretende desenvolver.-----

-----O Sr. Vice-Presidente disse que o processo foi efectuado pelo Sr. Leitão e é similar a outros.-----

-----CONCURSO LIMITADO PARA CONCESSÃO DO EXCLUSIVO DE PUBLICIDADE NOS AUTOCARROS DOS TUA - Foi presente o Programa de Concurso, Caderno de Encargos, as Especificações próprias e outros documentos integrantes do processo de concurso, com destino ao Concurso Limitado para Concessão do Exclusivo de Publicidade nos Autocarros dos Transportes Urbanos de Almeirim.-

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha apresentou a seguinte contra-proposta: A ideia de rentabilizar o serviço com publicidade não é desprezível, mas deve conter uma componente de preço e oportunidade para o comércio local e agentes locais. O que incomoda é a ideia de uso exclusivo, um ano é muito tempo de publicidade e compete à Câmara compatibilizar a recolha de fundos com o desenvolvimento das gentes locais. Propõe que não seja feito um concurso público mas que se possibilite ao

comércio local a utilização daquele espaço dos autocarros com publicidade, abrir as portas a todas as dimensões de comércio e não só aos grandes, a cobrar mediante a tabela.-----

-----O Sr. Vice-Presidente disse que aceita sugestões e propõe-se harmonizar o processo.-----

-----A mesma Vereadora disse que é contra estes concursos porque acha que vão privilegiar certo tipo de empresas, aceitando de melhor grado o deferimento por ordem de entrada dos pedidos. A Câmara tem de perceber que o desenvolvimento local se faz com os investidores locais.-----

-----O Sr. Vice-Presidente disse que, quando não se faz concurso, a Sr<sup>a</sup> Vereadora está contra e quando se faz, ataca até derrotar qualquer proposta.-----

-----A autarca visada disse que não compete à Câmara colocar as regras de recolha de receitas acima de todos os valores e o que a Câmara faz é acabar com o pequeno comércio. Se fizer um concurso de exclusividade, vota contra. Quando leu isto pensou logo na Encherim.-----

-----O Sr. Vice-Presidente propos, para aquilatar da aceitação desta medida, fazer concurso para um autocarro, pelo prazo de seis meses, com o valor base de dois mil e quinhentos euros, com proibição de sub-concessão, após o que seria reavaliado, em termos de modalidade, prazo e preço, proposta que submete à consideração do executivo.-----

-----A Câmara deliberou concordar com a proposta atrás, aprovando os invocados documentos concursais e determinando a abertura do concurso, por maioria, com o voto contra da Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha declarou: "Voto contra e faço voto de vencido pelas seguintes razões: bem que louve a ideia de poder colocar publicidade nos autocarros dos TUA como forma de rentabilizar este transporte e angariar receitas para a Câmara Municipal, a forma proposta e, mesmo depois de alterada, atendendo a minha intervenção, continua, quanto a mim, a não ir de encontro ao papel da Câmara, isto é, conciliar uma nova fonte

de receita com a promoção e desenvolvimento económico do Concelho. Para mim, as regras de utilização e de locação de espaços publicitários nos TUA deviam ser feitas não sob a forma de concurso público, o que vai levar ao controle daqueles espaços por entidades com maior poder económico, mas sim a cedência ser feita através duma taxa prevista e pré-definida durante um prazo, em uso exclusivo e com regras estéticas pré-definidas, o que, quanto a mim, abriria e criaria condições para que este espaço publicitário fosse acessível e utilizado pelo comércio tradicional ou por empresas da terra, com menor volume de negócios."-----

-----A reunião foi interrompida às treze horas e três minutos e recomeçou às quinze horas, já com a presença do Sr. Vereador José Carlos da Silva.-----

-----PLACARD ELECTRÓNICO - O Sr. Vereador Francisco Maurício disse que há cerca de um ano foi pedido ao Sr. Luís Leitão que encetasse o processo de concurso com destino à colocação de um placard electrónico informativo na Praça Lourenço de Carvalho, que tem já design definido, orçamento de cerca de trinta mil euros e que seria concursado até cinquenta por cento entre as empresas instaladas no Concelho, para publicidade fixa com patrocínio.-----

-----Quer saber se a ideia foi abandonada ou se surgiu algum impedimento para não ter sido executado até agora.-----

-----O Sr. Vice-Presidente respondeu que vai obter informação, que comunicará posteriormente.-----

-----**5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----ACTAS - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar as Actas da Reuniões de vinte e nove de Outubro e de dezanove de Novembro, ambas do corrente ano.-----

-----PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ALMEIRIM - O Sr. Presidente apresentou a sua proposta, do seguinte teor:-----

-----" **Proposta de Alteração ao artigo trinta e quatro do Regulamento do Plano de Urbanização de Almeirim.**-----

-----**Termos de Referência**-----

-----Por questões de dificuldade de interpretação no acto da prestação de parecer técnico no âmbito do licenciamento de obras particulares relativamente à ocupação regulamentar do espaço correspondente ao "vão do telhado" em casos de coberturas não tradicionais para os edifícios com quatro pisos, e dado que esse espaço de possível ocupação habitacional só se encontra perfeitamente definido no caso das coberturas tradicionais em telha através do artigo trinta e sete do Regulamento do Plano de Urbanização de Almeirim, entende o Executivo Municipal ser oportuno definir uma redacção inequívoca para o artigo trinta e quatro que permita uma total equidade de ocupação entre as diferentes soluções de cobertura propostas para os edifícios a licenciar.-----

-----Efectivamente entende-se não existir presentemente equidade entre as diversas soluções de cobertura possíveis, determinando o Regulamento do P.U.A. em vigor, um privilégio para os edifícios de cobertura tradicional em telha não justificável, sobretudo em casos de novas urbanizações ou conjuntos com uma linguagem arquitectónica contemporânea.-----

-----De acordo com o procedimento a ter de acordo com a nova redacção dada aos Decretos-Lei trezentos e oitenta e noventa e nove e trezentos e dez de dois mil e três, pelo Decreto-Lei trezentos e dezasseis de dois mil e sete de dezanove de Setembro a deliberação do Executivo Municipal referente à alteração do artigo trinta e quatro do Regulamento de P.U. de Almeirim, estabelece o prazo de oito dias para a sua elaboração.-----

-----Este prazo de elaboração inicia-se após o final do prazo de quinze dias dado aos interessados para a formulação de sugestões e para a apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito desta alteração, contado a



partir da data da publicação da deliberação Municipal que determina a referida alteração ao P.U. Almeirim, no Diário da República, comunicação social e na página municipal da Internet de acordo com o número dois do artigo setenta e sete do Decreto-Lei número trezentos e dezasseis de dois mil e sete de dezanove de Setembro.”-----

-----Tem anexa informação da tramitação processual fornecida pelo Sr. Arqº Artur Sampaio.-----

-----A Srª Vereadora Manuela Cunha aconselhou os proponentes a retirarem a proposta porque, se ela for aprovada, pode ser que se zangue muito a sério e disse que já a alteração anterior foi feita com base numa ilegalidade grave. A insistência da maioria socialista em alterar a cércea e o índice habitacional de forma manhosa, pode levar a que se zangue a sério. O Sr. Presidente e os Srs Vereadores que vêm do anterior mandato sabem que já alteraram o PU num momento em que não o podiam fazer, através de alteração, entre aspas, do português, alterando o que é permitido e o que não é permitido. A CCDD só o permitiu em telhados inclinados e se o continuam a fazer, pode aborrecer-se.-----

-----O Sr. Vice-Presidente chamou à reunião os Srs arquitectos e informou a Srª Vereadora que está sempre aberto ao diálogo mas tem algum problema em aceitar o tom de ameaça que a Srª usa.-----

-----A mesma Vereadora acrescentou que esta proposta a chateia muito porque é uma desonestidade a juntar ao que foi alterado no PU e aos argumentos utilizados na época para a alteração, que remetia de um Artigo para outro e foi pouco franca e pouco transparente.-----

-----O Sr. Arqº Sampaio, perguntado sobre o que subjaz a esta apresentação, respondeu que é uma questão processual, de uma situação já aprovada em Assembleia Municipal. E explicou que é legalmente possível, pelo Regulamento do Plano de Urbanização, construir quatro pisos mais um, desde que esse 'mais um' fique debaixo do telhado, com mansardas, trapeiras ou outras. A questão põe-se quanto a um edifício idêntico mas de maior

modernidade, sem telhado, que por apresentar uma linguagem arquitectónica mais recente, já não pode beneficiar daquela norma. Pretende-se dar equidade de tratamento aos novos edifícios com a mesma ocupação e entenderam os técnicos que não podem dar primazia a quem usa telhado e os de linguagem contemporânea serem injustiçados. A CCDR considerou que era uma alteração de pormenor e a DGOTDU considerou que não o era, por isso foi feita uma reunião na qual ficou definido que deveria ser formalizada a redacção que consubstanciasse esta intenção, a fim de receber tratamento formal que ao caso cabe. Foi pedida opinião ao Dr. António Magalhães que achou tratar-se de uma questão da normal dinâmica da arquitectura e se pronunciaria a seu tempo. Pela nova legislação, seja que instrumento urbanístico for, tem de ser apresentada a justificação, deliberação contendo a intenção de alterar, publicitar para sugestões e passadas essas fases, tem de ser tomada deliberação definitiva, a ser submetida ao escrutínio da Assembleia Municipal.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse que é preciso enquadrar historicamente este processo, que veio do anterior mandato. E inquiriu o Arq<sup>o</sup> Forte se não deu já um parecer contrário, num caso similar.-----

-----O técnico respondeu que é importante ver a natureza material das coberturas e há características materiais de coberturas que não se enquadram no Regulamento do PU.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse que "tudo está falseado desde a alteração do PUA, que não o podia ser e foi, a pretexto de um esclarecimento de português permitiu-se a construção de mais um andar. A partir desse esclarecimento que leva ao aumento da densidade e não se justifica, continuam a permitir o aumento de pisos. Os Srs. insistem em continuar, façam o que querem, o meu voto é contra. Em áreas já construídas, não, a cidade está a ficar um caos, há uma desarmonia total do espaço urbano, ruas estreitas, má qualidade de vida, impacto visual e não se justifica, com os espaços vazios que existem, continuar a

insistir na construção em altura."-----

-----O Sr. Arqº Sampaio salientou que é obrigado a responder por ser o responsável técnico e, enquanto tal, não se lembra de ter feito uma alteração ao Plano de Urbanização em violação da lei, tanto mais que essa ilegitimidade seria muito difícil de conseguir, por carecer de aprovação da DGOTDU. Não é possível fazer publicar uma alteração sem a ratificação da DGOTDU, que procede à sua publicação legal.-----

-----A Srª Vereadora Manuela Cunha respondeu ao técnico que "ainda na última reunião o Sr. invocou aqui uma Acta de dois de Fevereiro de dois mil e cinco, sobre o PP do Canto do Jardim e vá ver a Acta, porque não está lá o que disse."-----

-----À pergunta do Sr. Vereador José Carlos da Silva sobre a cércea de quatro pisos, o Sr. Arqº Forte respondeu que ela será permitida ou não consoante a largura do arruamento.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício referiu que não lhe suscitam problemas a tramitação processual indicada para o efeito, só estranha que a DGOTDU não seja ouvida.-----

-----O Sr. Arqº Sampaio resumiu a imposição legal actual, de que a DGOTDU apenas faz o depósito dos Planos, é a Assembleia Municipal que tem de aprovar, a Câmara faz publicar e envia àquela entidade de tutela, ficando sujeita a fiscalizações.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício perguntou se a falta da norma ora proposta tem sido um grande obstáculo em relação à edificação de alguns prédios.-----

-----O Sr. Arqº Forte respondeu afirmativamente e que o último caso foi o de um edifício junto à CEPESA, que redundou em atraso nos processos, alterando depois o projecto para uma linguagem moderna. Isto só acontece fora dos loteamentos, porque estes têm definições próprias.-----

-----Submetida a votação, foi a proposta aprovada por maioria, com os votos contra dos Srs. vereadores Manuela Cunha e Victor Pedro.-----

-----A Srª Vereadora Manuela Cunha fez a seguinte declaração de voto: "A insistência do PS em alterar o Artigo trinta e quatro

do PU de Almeirim vem do anterior mandato, tendo já aprovado, com o meu voto contra no anterior mandato, uma alteração a pretexto de clarificação do português. Tal como disse na época, essa alteração não era uma mera alteração de português, a única que a lei permitia na altura, porque qualquer outra alteração ao PU estava proibida. No prazo em que foi feita, a alteração introduzida tinha consequências nos pisos autorizados, permitindo a construção de mais um piso e, automaticamente, tinha consequências na densidade permitida.-----

-----Na época, e vá-se lá saber como, o organismo da administração central com competência para fiscalizar esta situação, deixou passar metade do pretendido, isto é, a alteração passou a vigorar mas só em prédios com inclinação definida pelo telhado. Agora os eleitos do PS voltam novamente à carga, aproveitando as facilidades introduzidas pelo Simplex.---

-----Para mim, o que está em causa é que, de facto, até à anterior alteração, o que era permitido construir em Almeirim, era três pisos mais sótão habitado. Com a alteração passou-se a poder construir quatro pisos mais sótão habitado, desde que em vão de telha e a cércea não ultrapassasse os doze metros e meio. Agora o que se pretende é aplicar essa altura a sótãos sem cobertura e o que para alguns consubstancia acabar com uma 'discriminação' de opção de texto, para mim o que está em causa é um impacto visual agravado e, de certa forma, o aumento da cércea dum prédio, mesmo se o quinto andar está recuado.-----

-----Almeirim tem muitos metros quadrados vazios, não precisa de aumentar as alturas de construção e a desarmonia no espaço consolidado da cidade está-se a agravar de dia para dia, criando não só problemas de estática como também reduzindo a qualidade de vida nas ruas mais estreitas, retirando a muitas casas o direito ao sol.-----

-----Para acabar, considero que esta insistência dos eleitos socialistas acentua e vem agravar aquilo que já tinham feito à margem do que a lei permitia, no anterior mandato."-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício declarou:-----

-----"Voto a favor face às garantias técnicas prestadas pelos Arquitectos da autarquia, por questões de modernidade, porque não há alteração da volumetria da construção no dito 'quinto piso' e porque acho que é motivo para incentivar a construção e torná-la mais barata. Para mim é garante do respeito da legalidade a tramitação processual aprovada e a fiscalização do órgão de tutela do poder central."-----

-----O Sr. Vereador José Carlos da Silva declarou:-----

-----"Depois de consultados e ouvidas as explicações dos técnicos da Câmara Municipal de Almeirim com responsabilidade na emissão de pareceres sobre o urbanismo do Concelho, a informação oferecida parece-me concordante com a previsão legal. Porque não tenho razões para duvidar da competência e credibilidade dos mesmos, voto a favor."-----

-----O Sr. Vice-Presidente disse:-----

-----"Após as intervenções dos Srs Arquitectos aqui presentes verificou-se que todo o processo actual e o seu histórico estiveram dentro da mais absoluta legalidade. Atendendo a isso, votei a favor."-----

-----IGESPAR, IP - Foi presente o ofício do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico que acompanha a minuta de Protocolo de Colaboração relativo à partilha de informação correspondente ao património classificado, prosseguindo o trabalho iniciado pelo IPPAR de digitalização e georreferenciação dos limites do Património Classificado e em Vias de Classificação, zonas de protecção gerais e especiais, com base em cartografia digital.-----

-----A Câmara deliberou subscrever o referido Protocolo.-----

-----PROT-OVT - Foi presente para conhecimento dos Srs. Autarcas o Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo, na Versão Preliminar do Ante-Projecto, com data de Novembro de dois mil e sete.-----

-----  
-----**3 - REQUERIMENTOS DIVERSOS**-----

-----DIREITO DE SUPERFÍCIE - Foi presente o requerimento de Eliana dos Santos solicitando certidão comprovativa do eventual uso do direito de preferência na venda que vai fazer do direito de superfície da fracção autónoma correspondente ao segundo andar, esquerdo, do lote vinte e nove da Avenida D. João Primeiro, em Almeirim.-----

-----A Câmara deliberou não usar o direito de preferência.-----  
-----

-----ZONA DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS - Foi presente o requerimento de Raul Vinagre Bexiga Caldeira, na qualidade de sócio-gerente de Ferreira & Bexiga, Ld<sup>a</sup>, superficiário do lote número seis-A da Zona Industrial, solicitando a compra da raiz da propriedade e o pagamento das compensações a que se refere o Artigo cinquenta e quatro do actual Regulamento, para ulterior transmissão. Tem informação da responsável do serviço quanto ao suporte e legal e respectivos custos.-----

-----A Câmara deliberou deferir o pedido.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse votar a favor fazendo fé na informação que acompanha o requerimento.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício fez questão de registar em Acta o seu voto de congratulação por finalmente este tipo de requerimentos vir acompanhado de um parecer claro e conciso que lhe permite rapidamente tomar uma decisão.-----  
-----

-----FEIRA MENSAL - Foi presente o requerimento da Equipa Aliança, da Liga Portuguesa Contra o Cancro, solicitando lhe seja montada uma instalação para venda de café, bolos e sumos na Feira Mensal de Almeirim, com vista à sua utilização gratuita no dia dois de Março do próximo ano para angariação de fundos destinados àquela organização.-----

-----A Câmara deliberou deferir.-----  
-----  
-----

-----5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS-----

-----CUMPRIMENTOS - O executivo tomou conhecimento do fax do Grupo Parlamentar do Partido Comunista português, apresentando votos de Boas Festas.-----

-----GRUPO PARLAMENTAR OS VERDES - A Câmara tomou conhecimento da Comunicação do Grupo Parlamentar do partido Os Verdes, que acompanha cópia da resposta ao seu requerimento ao Governo sobre as Deficiências na ponte Salgueiro Maia, entre Santarém e Almeirim.-----

-----ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS -O executivo tomou conhecimento da Circular da ANMP respeitante à Taxa de Gestão de Resíduos e Taxa de Controlo da Qualidade da Água e parecer do Professor Doutor Gomes Canotilho sobre o projecto de lei.-----

-----ACÇÃO SOCIAL - Foi presente a Comunicação interna do Gabinete de Acção Social na qual é feito o levantamento da situação familiar e económica, respeitante ao pedido de apoio para pagamento de despesas com intervenção oftalmológica numa clínica de Coimbra de José Sobral Policarpo, de Almeirim.-----

-----A Câmara deliberou informar o interessado que a situação não se enquadra nos parâmetros de necessidade das famílias a apoiar.-----

-----TRANSFERÊNCIAS - A pedido das respectivas entidades, a Câmara deliberou conceder as seguintes transferências financeiras:-----

-----Associação de Apoio às Famílias de Fazendas de Almeirim, respeitante ao fornecimento de refeições escolares de Janeiro a Outubro - mil duzentos e vinte e cinco euros e setenta e nove cêntimos; Agrupamento de Escolas Febo Moniz, para a festa de Natal dos Jardins de Infância - setenta e cinco euros; União Futebol Clube de Almeirim, para o alarme das instalações - setecentos e cinquenta euros; e Secção de Pesca Desportiva do

Hóquei Clube Os Tigres, para inscrições de atletas, com obrigação de apresentar os recibos comprovativos - quatrocentos e cinquenta e oito euros e sessenta e três cêntimos.-----

-----Para a deliberação que segue ausentou-se o Sr. Vice-Presidente, por se considerar legalmente impedido.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício transmitiu o pedido da Associação de Bombeiros Voluntários de Almeirim, na sequência do anterior pedido para que fosse retirado ao subsídio uma parcela do gasóleo fornecido a mais durante o corrente ano, solicitando que em dois mil e oito seja retirado ao subsídio mensal que lhe é concedido, um catorze avos do excesso do gasóleo concedido para além do que foi inicialmente protocolado.-----

-----A Câmara deliberou deferir.-----

-----Retomou o lugar o Sr. Vice-Presidente.-----

-----O Sr. Vice-Presidente informou que o apoio em espécie concedido ao União Futebol Clube de Almeirim, para reposição de material informático e de som furtado, cifrou-se em dois mil euros.-----

-----AUTOCARROS - A Câmara deliberou contabilizar os custos com deslocações dos autocarros, ao serviço das seguintes entidades:-

-----Casa de Repouso de S. João baptista - cento e oitenta e cinco euros e cinco cêntimos; Orfeão de Almeirim - duzentos e setenta e um euros e sessenta e três cêntimos; Liga Portuguesa Contra o Cancro - duzentos e sessenta e oito euros e vinte cêntimos; Lar de S. José - cento e noventa e nove euros e noventa e sete cêntimos; Escola de Cortiçóis - noventa e três euros e cinquenta e quatro cêntimos; Escola de Benfica do Ribatejo - cento e quarenta e dois euros e cinco cêntimos; Escola P três - trinta e um euros e oitenta e sete cêntimos; Escola Moinho de Vento - duzentos e quarenta e sete euros e um cêntimo; Escolas de Benfica e P três - cento e noventa e nove



euros e vinte e nove cêntimos; Escolas de Cortiçóis e Foros - noventa e cinco euros e setenta e nove cêntimos; Escolas da Tapada e Moinho de Vento - cento e cinquenta e cinco euros e quatro cêntimos; USAL - duzentos e cinquenta e três euros e dez cêntimos; Escuteiros de Almeirim - duzentos e cinquenta euros e catorze cêntimos; Núcleo do Sporting de Fazendas de Almeirim - trezentos e dezasseis euros e oito cêntimos; Associação Vinte Quilómetros de Almeirim - mil trezentos e nove euros e oito cêntimos; União de Veteranos de Almeirim - noventa e sete euros e setenta e oito cêntimos; Associação de Paço dos Negros - cento e vinte e dois euros e cinquenta e sete cêntimos; União Futebol Clube de Almeirim - noventa e um euros e setenta e oito cêntimos; Funcionários da Câmara Municipal de Almeirim - oitocentos e noventa e oito euros e setenta e nove cêntimos; e Estabelecimento Prisional de Alcoentre, pelo transporte de reclusos ao serviço do Município - dois mil quinhentos e dezasseis euros e cinquenta e três cêntimos.-----

-----TRÂNSITO - O Sr. Vice-Presidente propos a colocação de passadeiras de peões elevadas e respectiva sinalização em Almeirim, Fazendas de Almeirim e Benfica do Ribatejo, as últimas a pedido das respectivas Juntas de Freguesia, como transmitiu, e que o executivo aprovou:-----

-----Em Fazendas de Almeirim, na Avenida Marechal Craveiro Lopes, junto aos números de polícia cento e vinte e dois e sessenta e cinco;-----

-----Em Almeirim, uma passadeira junto à Escola Secundária e outra na Avenida Dr. Mário Soares, junto ao número trinta e seis.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha perguntou porque não é colocada uma passadeira elevada na mesma Avenida, junto aos edifícios de seis pisos, conforme já aqui referiu ser necessária.-----

-----O Sr. Vice-Presidente passou ao pedido da Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo e a Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha

interrompeu a exigir resposta.-----  
-----O Sr. Vice-Presidente disse que ao assunto responderia depois e a Sr<sup>a</sup> Vereadora exigiu resposta imediata.-----  
-----O Sr. Vice-Presidente tentou expor o pedido da Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo e foi novamente interrompido pela mesma autarca, exigindo resposta imediata, ao que o Sr. Vice-Presidente pediu à Sr<sup>a</sup> que o deixasse continuar a reunião.-  
-----A mesma Vereadora voltou a exigir a resposta e perante a insistência, não permitindo a exposição do invocado pedido, o Sr. Vice-Presidente constatou a impossibilidade de prosseguir a reunião.-----  
-----  
-----Às dezasseis horas e quarenta minutos o Sr. Vice-Presidente declarou encerrada a reunião.-----  
-----E eu, \_\_\_\_\_, Chefe de Repartição da Câmara Municipal de Almeirim, elaborei a presente acta que lavrei e subscrevi.-----

Presidente da Câmara,

A Chefe de Repartição